

Casas e a ocupação do Mercado Sul Vive. Desafios e abordagem do processo participativo para o projeto de revitalização do Mercado Sul de Taguatinga, em Brasília

Liza Andrade^a, Raíssa Gramacho^b, Gabriel Perucchi^c, Sacha Pereira^d,
Máwere Portela^e, Carmen Jimenez^f, Thalyta Fernandes^g, Igor Araújo^h, Victor Rochaⁱ,
Oscar Ferreira^j, Vanda Zanoni^k, Carlos Luna^l

Resumo

Este artigo apresenta a sistematização do trabalho do escritório modelo CASAS - Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - realizado junto ao coletivo Mercado Sul Vive, uma ocupação cultural no antigo Mercado Sul de Taguatinga em Brasília, com o objetivo de apresentar o processo de projeto desenvolvido até o momento com o envolvimento da comunidade para promover a revitalização do espaço e discutir os desafios e novas abordagens dos processos participativos. Nos resultados, apresentam-se diretrizes para ressignificação dos espaços com soluções emergentes na forma de padrões espaciais e de acontecimentos.

Palavras-Chave

Ocupações, Mercado Sul Vive, Participação, Sustentabilidade, Brasília

Abstract

This paper summarizes the work of the CASAS Student's Office ("Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável") of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasilia with the occupy collective "Mercado Sul Vive" - cultural occupation of a market space in Taguatinga, Brasilia. The purpose is to discuss the design process developed with the community so far in order to promote the area's revitalization and discuss new approaches in participatory processes. Thus, the work generated guidelines in order to give spaces a new meaning with emerging solutions, using conditional and spacial patterns.

Keywords

Occupations, Mercado Sul Vive, Participatory, Sustainability, Brasília

Introdução

Este artigo apresenta o processo de projeto desenvolvido pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo / Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável EMAU/CASAS da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB – junto ao coletivo Mercado Sul Vive para promover a re-

talização do espaço do antigo Mercado Sul de Taguatinga, com o objetivo de discutir os desafios e as novas abordagens dos processos participativos.

São experiências vividas como um processo de construção social de forma a proporcionar uma dupla troca de saberes: entre estudantes e comunidade e entre esta e a Universidade, para assistir aos problemas e identificar as potencialidades locais.

^a Coordenadora do Escritório Modelo CASAS e Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: lizamsa@gmail.com.

^b Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: raigramacho@gmail.com.

^c Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: g.perucchi@gmail.com.

^d Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: sachapereira@gmail.com

^e Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: m_herisson@live.com.

^f Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: cahjimenezc@gmail.com.

^g Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: thalyf@gmail.com.

^h Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: igor_a_raujo@hotmail.com.

ⁱ Estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: rocha2395@gmail.com.

^j Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: oscar@unb.br.

^k Professora consultora do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: vandaz@terra.com.br.

^l Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: carlosluna@unb.br.

A metodologia deste trabalho consiste na sistematização dos resultados encontrados nas análises do espaço do Mercado Sul, iniciando pela explanação do contexto local - que consiste no relato da aproximação entre CASAS e o coletivo Mercado Sul Vive, os conceitos norteadores do processo e da fundamentação, bem como os procedimentos metodológicos.

Inicialmente, partiu-se das demandas e vocações levantadas com a comunidade: identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e padrões de acontecimentos - estes de acordo com as dimensões de sustentabilidade social, cultural e emocional, econômica e ambiental (Andrade e Lemos, 2015). Em seguida, sistematizou-se esses padrões para estabelecer uma linguagem na forma de códigos geradores, baseados em Alexander *et al.* (1977) e Andrade (2014). São procedimentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa com registo do CNPq “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB, vinculado ao NPCT/CEAM - Núcleo de Política Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Pretende-se ressaltar a prática autônoma de ocupações urbanas no Brasil e discutir o papel do arquiteto consciente de seu compromisso político-cidadão, atuando não apenas como “*designer* de lugares”, mas como mediador no processo pelo direito à cidade e à moradia. Pretende-se, também, apresentar a situação política-fundiária do Mercado Sul e o processo de projeto desenvolvido.

O contexto local

O Mercado Sul ganhou, ao longo de sua história, o caráter de ponto de encontro de poetas, músicos e artistas. Construído na década de 1950, com a finalidade de abrigar instalações comerciais, funcionou, em torno de 20 anos, como uma feira livre - com armazéns, armarinhos, açougues, lanchonetes. Porém, com a chegada das redes de supermercados à cidade, na década de 1970, pequenos comerciantes do local faliram. Na década de 1980, o local tornou-se reduto da boêmia e de artistas locais, abrigando bares e casas de prostituição.

O uso do Mercado Sul com fins artísticos e culturais ocorreu ao longo das décadas de 1990 e 2000. Principalmente devido ao Teatro de Mamulengo Invenção Brasileira, do mestre mamulengueiro Chico Simões, o local virou um Ponto de Cultura, definido pelo Ministério da Cultura (2015) como “[...] entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura [...] os Pontos de Cultura são uma base social capilariza-

da e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis.”, o que fomentou uma maior atração de artistas, produtores e agitadores culturais para o local.

O processo de ocupação para atividades culturais desencadeou a chegada, em 2015, tanto de artistas quanto de moradores ao Mercado Sul, que ressignificaram o uso do espaço de estritamente comercial para também habitacional, sendo que os boxes originais foram alterados: há lojas que uniram espaços contíguos e há boxes que se tornaram residências. Em fevereiro de 2015, ocorreu o atual movimento de ocupação, com a apropriação dos boxes ociosos pelos moradores e trabalhadores locais, que os utilizam para a realização de atividades culturais, cozinha comunitária, permacultura, entre outros.

Segundo levantamentos dos Grupos de Trabalho (GT) - metodologia utilizada para a divisão inicial da equipe para a elaboração desta pesquisa - o Mercado Sul compreende uma área de 4875m² (75 x 65m), localizada no Setor B Sul, em Taguatinga, Distrito Federal. O conjunto é composto por 3 blocos enfileirados com 28 boxes cada, com áreas entre 7,5 e 10 m² e pequenos galpões. Na figura 1, vê-se o mapa de localização do Mercado Sul dentro do Distrito Federal.

No final de 2015, o coletivo Mercado Sul Vive procurou o CASAS, solicitando apoio para desenvolver um projeto urbanístico e arquitetônico de revitalização e adequação de uso para finalidades culturais, sociais, e habitacionais do espaço do Mercado Sul. O CASAS se reuniu com os membros da Ocupação Mercado Sul Vive e a comunidade local, identificando o interesse dos diversos grupos em promover o compartilhamento de soluções e trocas de pontos de vista.

Esta ocupação cumpre um papel de resistência social, cultural e política no Mercado Sul, realizando encontros de artistas, músicos, mulheres do campo e da cidade, movimentos sociais, grupos de saberes populares e acadêmicos, além de promover assembleias que buscam garantir o envolvimento entre os comerciantes e moradores e trazer melhorias locais e cuidados ambientais. Tal articulação tem o propósito de disseminar e discutir conhecimentos de forma aberta e horizontal.

Acredita-se no valor da ocupação dos imóveis inutilizados, anteriormente degradados, como manifestação política do direito à cidade, devendo este ser garantido a todos pelo Estado. Todo imóvel, privado ou público, cumpre uma função social. Neste caso, os imóveis em questão encontram-se abandonados pelos proprietários e pelas

instituições públicas, razão pela qual compreende-se a legitimidade da ocupação como resistência e luta a favor da “função social” de tais imóveis.

Esse conceito de função social da propriedade representa a priorização do interesse coletivo em detrimento ao interesse individual do proprietário. Segundo Evangelista (2013), “esta concepção visa dar ênfase à importância da consciência de cada indivíduo enquanto ator no cenário da vida em sociedade. Somente a valorização da noção de trabalho em equipe, em prol do bem comum, respeitados os direitos individuais, tem o condão de garantir a paz e o bem estar social.” (Evangelista, 2013, p. 1).

Tal condição é prevista pelo Poder Público na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou Estatuto da Cidade, Artigo 2º (Brasil, 2004, p. 17), que visa a garantia do direito a cidades sustentáveis, “entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Há de se considerar, também, a ordenação e o controle de uso do solo como iniciativas voltadas, segundo o Estatuto da Cidade, para “evitar a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização” (Brasil, 2004, p. 18).

A ocupação Mercado Sul Vive reivindica a desapropriação das edificações abandonadas e o apoio governamental para a revitalização do espaço.

As manifestações culturais locais promovidas pelo Coletivo Mercado Sul Vive contribuem para a preservação do espaço do Mercado, cujas edificações, por se inserirem no contexto histórico moderno da construção de Brasília, são interpretadas como patrimônio material histórico, definido atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com base no decreto de lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, art. 1º, como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937, p. 1), e de suas atividades, entendidas como patrimônio imaterial de Taguatinga, este conceito por sua vez definido pelo IPHAN e baseado na Constituição Federal de 1988, art. 215 e 216 (Brasil, 2004, pp. 111-112) refere-se “[...] àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (Iphan, 2014) ou mesmo às “[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os

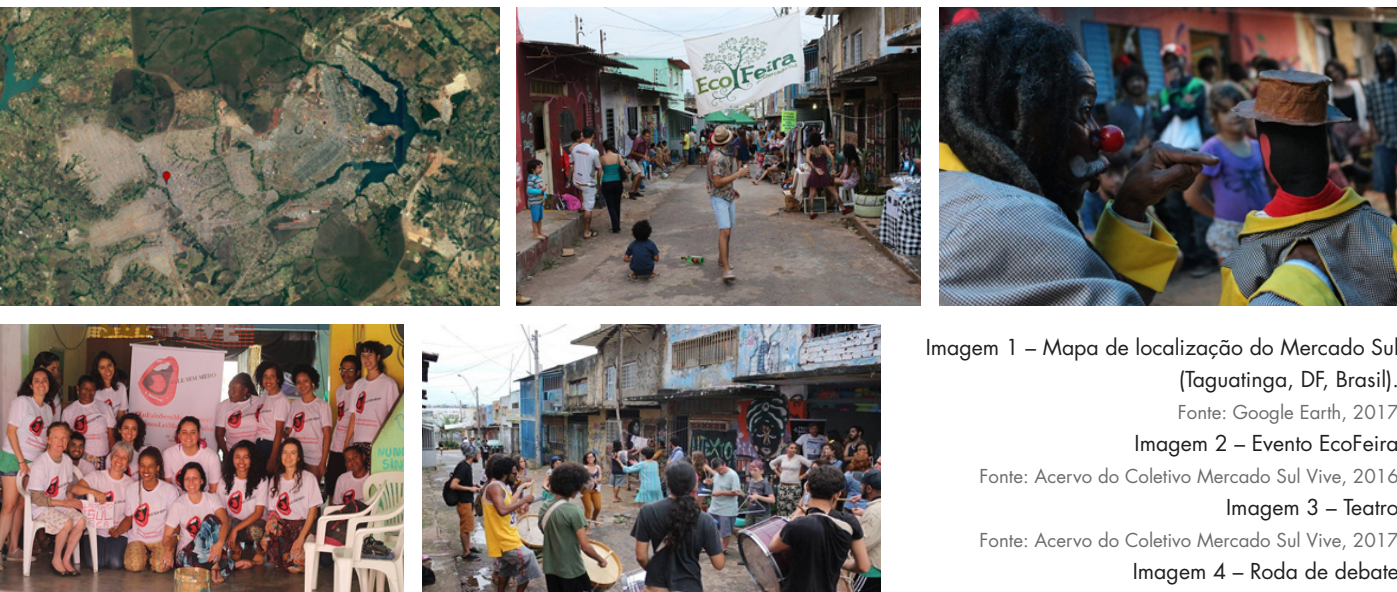


Imagem 1 – Mapa de localização do Mercado Sul (Taguatinga, DF, Brasil).

Fonte: Google Earth, 2017

Imagem 2 – Evento EcoFeira

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2016

Imagem 3 – Teatro

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2017

Imagem 4 – Roda de debate

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2016

Imagem 5 – Roda de música

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul, 2017

indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (Unesco, 2003, p. 4). Destacam-se entre as ações promovidas pelo coletivo Mercado Sul Vive a festa junina, o maracatu, o bumba-meu-boi, apresentações musicais e a Ecofeira. As figuras 2, 3, 4 e 5 apresentam algumas dessas manifestações.

O papel do casas no contexto da situação fundiária

A Ocupação Mercado Sul Vive enfrenta problemas quanto à regularização fundiária. Em contrapartida, a Superintendência do IPHAN/DF, na nota técnica 02/2015 (01551.000161/2015-14 de 24 de fevereiro de 2015), considera a manutenção do espaço apropriado por grupos de praticantes de atividades culturais como de grande valia para o exercício da cidadania. Ressalta a importância de se trabalhar a cultura como uma dimensão social para que, assim, as dimensões cotidiana, habitacional e laboral sejam agregadas à ressignificação do espaço operado pela comunidade de forma a evitar o processo de gentrificação com intervenções no âmbito meramente visual.

O Governo do Distrito Federal (GDF) também mostrou apoio à ocupação no ofício nº 588/2016 da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), ao declarar "interesse na desapropriação das oito lojas e uma box ocupados pelo movimento Mercado Sul Vive com o objetivo de instituir um centro cultural no espaço" (Secult-GDF, 2016, p. 3). Por cartas e ofícios, entidades e órgãos governamentais manifestaram apoio à Ocupação Mercado Sul Vive como importante instrumento de atuação cultural e representatividade da população na busca por um projeto de cidade mais igualitária, justa e liberta. Dentre eles estão o coletivo VERACIDADE, o MInC, FBES, SENAE.

A partir do momento em que o modelo econômico neoliberal permeia o modelo de atendimento aos direitos básicos constitucionais, ele penetra consequentemente na política de moradia sendo, em sua essência, excludente. Como expressa Rolnik (2015) em "Guerra dos Lugares", "esse modelo vai [...] capturando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver" (Rolnik, 2015, p. 374). É necessário voltar o olhar para a questão habitacional muito além da dicotomia formalidade/informalidade: esse é apenas um dos aspectos problemáticos enfrentados pela população de baixa renda.

O acesso e a integração à cidade, a sensação de segurança e a relação de pertencimento e apropriação para com o espaço público são questões

político-sociais que afetam toda a população, não estando a salvo quem possui propriedade formal. Agamben (2010), em Metropolis, coloca que "está ocorrendo um processo de 'des-politização', cujo resultado é uma curiosa zona em que não é possível decidir o que é privado e o que é público." (Agamben, 2010, p. 2).

Para Rolnik (2015), é possível reconhecer a legitimidade que as ocupações têm em seus discursos apartidários, travando por meio de resistências pontuais uma verdadeira luta pelo lugar. Seja lugar de moradia, seja lugar de expressão cultural, seja lugar de educação. O resultado desse movimento tem sido duplo: de um lado pela arte, desde 1990, em vários lugares do mundo, ações de coletivos artísticos em problemáticas situacionais, trabalhando a partir da cidade e intervindo em seus espaços com representações e situações performáticas; de outro lado pelo ponto de vista dos movimentos sociais, formas tradicionais de representação política e a proliferação de grupos autonomistas e anarquistas, de novas formas de autorrepresentação.

As ocupações que representam esse duplo movimento, além de resistir por habitação, almejam ressignificar lugares públicos menosprezados, o que simboliza não só uma luta pelo coletivo, mas pela apropriação do espaço da cidade a fim de permitir que a população o reconheça e nele intervenha.

O processo de reconhecimento legal das ocupações exige, porém, um projeto técnico de arquitetura e urbanismo que avalie as especificidades de cada organização. Alguns mecanismos legais viabilizam estas ações e fundamentam o projeto como a Lei 10.257, de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade e a Lei nº 11.888, de dezembro 2008, ou Lei da Assistência Técnica. Esta permite ao CASAS prestar assistência técnica às comunidades.

O CASAS trabalhou em conjunto com a Assessoria Jurídica Universitária Popular da Faculdade de Direito da UnB. Esta assessoria suspendeu a Ação de Reintegração de Posse impetrada contra a Ocupação, baseando-se no Estatuto da Cidade, com os argumentos: (1) o não cumprimento da função social da posse e da propriedade; (2) a violação do direito fundamental à moradia e à cultura; (3) a correta identificação das propriedades e (4) as negociações entre o Movimento e os poderes executivos Distrital e Federal acerca da desapropriação do imóvel para fins de residência artística.

Ao pensar em projetos de espaços como o Mercado Sul, é necessário incluir a comunidade, fomentando o processo participativo. Não só com

sua opinião, mas de maneira atuante em todo o processo decisório. A participação é uma maneira democrática de conferir à comunidade o acesso às informações e o direito de decidir questões que afetam diretamente suas vidas, possibilitando a produção de uma arquitetura que respeite as particularidades e identidades locais. Dessa forma, a comunidade se torna protagonista das transformações ali propostas, o que contribui para a construção de sua autonomia e de um sentido de pertencimento do espaço. Porém, esta nem sempre é uma situação confortável para os projetistas, requerendo dedicação e recursos para promover eventos e encontros.

É importante conhecer a comunidade para promover eventos com o envolvimento efetivo de todos os atores. A partir deste conhecimento, Davis *et al.* (2013) enumeram os seguintes princípios para o planejamento de processos participativos: inclusão, respeito, clareza de propósitos e competências, fortalecimento do conhecimento, estreitamento de relações entre os atores, confiança, envolvimento sustentável, apresentação de resultados.

Neder (2016), fundamentado em De Certeau (1998, pp. 46-47, 76-77), pondera sobre a importância de diferenciarmos a relação com o saber popular entre o modelo estratégico e o modelo tático. O modelo estratégico marca o território, contorna ou recorta um poder para nacionalizar a economia, a cultura e a ciência. Já o modelo tático é marcado pela prática no cotidiano, não pode contar com um modelo próprio, nem como uma fronteira que distingue um do outro, mas aponta as práticas do homem comum que buscam apreender a temporalidade, os micro-acontecimentos como passíveis de conversão a sua maneira.

Diversas experiências de Urbanismo Tático ou Urbanismo Participativo buscam transformações no cotidiano da vida urbana a partir do envolvimento dos usuários, propondo mudanças mais palpáveis e realistas em uma escala local, para gradativamente mobilizar mais pessoas e assim alcançar mudanças maiores.

Este tipo de urbanismo adota a participação da população como ponto importante na construção da cidade - cidadãos como produtores da cidade - uma lógica de baixo para cima, *bottom-up*. São modos de intervenções acupunturais quanto a questões locais tidas como extremamente urgentes, que podem evoluir de forma fluida quanto a mudanças mais amplas nas condições político-econômicas, arranjos institucionais e dinâmicas de coalizão. Esse urbanismo, ainda, tem base par-

ticipativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, mobilização contínua, reapropriação do espaço urbano por seus usuários. Ele se fundamenta na democracia participativa, porque visa promover a coesão social; porque não é formalmente pré-programado ou imposto “de cima para baixo.” (Brenner, 2016, p. 9)

Trabalho em campo: procedimentos metodológicos

O trabalho foi desenvolvido a partir da Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – PEMAU, orientada pelos professores Liza Andrade - coordenadora do CASAS e do Departamento de Projeto, Representação e Expressão (PRO), Carlos Luna, Vanda Zanoni e Oscar Ferreira - do Departamento de Tecnologia (TEC). Apesar de vinculada ao CASAS, a prática dentro do PEMAU não é restrita a integrantes do escritório, sendo permitido o ingresso aos demais estudantes do curso de graduação, de forma a ampliar o acesso à extensão universitária.

O trabalho foi estruturado de forma horizontal entre professores e estudantes e foi dividido em 5 partes: (1) verificação da situação existente: a situação fundiária, os aspectos políticos e socio-culturais da identidade local entre os membros da comunidade e como isso se expande para a sociedade; (2) identificação de como o Mercado Sul se insere na vizinhança, no contexto urbano local, e em Taguatinga (acessibilidade, legibilidade, identidade, infraestrutura e conforto ambiental); (3) levantamento da organização dos espaços internos e a relação dos usuários com o espaço (conforto ambiental, ergonomia, funcionalidade, instalações); (4) identificação dos problemas nas construções e as soluções que já foram dadas; (5) identificação das ações e práticas mais sustentáveis existentes na comunidade.

Foram realizadas visitas técnicas com momentos de envolvimento e integração por meio de cafés comunitários, elaboração de mapas mentais e aplicação de questionário de aproximação. O questionário contemplou diversos itens, como a identificação pessoal, as formas de inserção do Mercado Sul no contexto urbano, a organização dos espaços e a relação dos usuários, os problemas nas construções e as soluções adotadas e, por fim, a identificação de ações e práticas mais sustentáveis na comunidade.

O questionário foi elaborado por todos os Grupos de Trabalhos – GT, com o objetivo de abranger todos os eixos temáticos:

- **Direito à Cidade:** reflexões teóricas e análises de casos semelhantes ao Mercado Sul, pensando em uma ocupação e produção justa e democrática do espaço na cidade.
- **Urbanismo:** aspectos de vizinhança e abrangência urbana, entendendo como o Mercado Sul se insere em Taguatinga.
- **Arquitetura:** questões físicas e ambientais das construções e seus entornos imediatos.
- **Estrutura das edificações:** levantamento e investigação de peças estruturais e seus aspectos patológicos.
- **Infraestrutura:** levantamento e identificação das condições de água, drenagem, esgoto e energia.

Para o estudo do contexto, as análises foram fundamentadas segundo as dimensões de sustentabilidade: ambiental, social, econômico e, cultural e emocional, que se desdobram em princípios, critérios, indicadores de desempenho e verificadores. Tomou-se como base a metodologia desenvolvida por Andrade e Lemos (2015), exposta em “Qualidade de projeto urbanístico: Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana”. Esta contempla a legislação urbana e ambiental e os conflitos entre questões urbanas e questões ambientais (agenda marrom e agenda verde) segundo a amplitude dos Princípios de Sustentabilidade (Andrade, 2005) e a sinergia entre as agendas (ONU-HABITAT, 2009), além das questões relacionadas à forma urbana propostas pelo Grupo DIMPU – Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização, da FAU/UnB (Holanda, 2007) em Kohlsdorf e Holanda (1994). A Tabela 1 apresenta os princípios adotados em cada dimensão de sustentabilidade:

Princípios de sustentabilidade ambiental

- **Proteção ecológica e agricultura urbana:** Respeito aos ecossistemas atendimento e ao Código Florestal, às Resoluções do CONAMA 302, 303 e 369, e às leis ambientais respectivas a cada região, bem como planos de recuperação de nascentes ou florestas. Existência de agricultura urbana na cidade: hortas comunitárias, hortas individualizadas.
- **Infraestrutura verde: gestão d’água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo:** Observação da bacia hidrográfica

quanto à drenagem e ao esgotamento sanitário. Os empreendimentos de natureza mais compacta podem utilizar menos água se preparados tecnicamente.

- **Conforto ambiental:** Resposta do espaço quanto ao desempenho luminoso, térmico, acústico e de qualidade do ar.
- **Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica:** A eficiência energética sob a ótica do uso da energia com origem em fontes renováveis ou sob o viés da redução de consumo de combustíveis fósseis.
- **Saúde:** O ambiente não deve apresentar vulnerabilidade ambiental, decorrente de materiais tóxicos e poluição do ar, do solo e das águas.

- **Redução, reutilização e reciclagem de resíduos:** Para o desenho de empreendimentos sustentáveis, os 3R’s incluem redução do gasto de energia, reuso das edificações e reciclagem de resíduos de construção e compostagem do lixo orgânico

Princípios de sustentabilidade social

- **Urbanidade:** Desempenho do espaço urbano, considerando a interação social por meio do desenho da malha viária e das macroparcelas com maior integração, conectividade, espaços externos positivos, constituição dos espaços, diversidade de uso do solo e acessibilidade.
- **Comunidade com Sentido de Vizinhança:** Oportunidades para a sociabilidade, participação no processo e desenvolvimento pessoal em espaços públicos e instalações comunitárias.
- **Moradias Adequadas:** Diversidade e mistura de classes sociais, estabelecidas com variedade de moradias, custos diferenciados e acessibilidade universal garantida.
- **Mobilidade e Transportes Sustentáveis:** Existência de estruturas adequadas a diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas), inibidores do uso de combustíveis fósseis e aliados à disponibilidade de transporte público eficiente.

Princípios de sustentabilidade econômica

- **Adensamento Urbano:** A ocupação urbana mais densa em áreas centrais associada ao uso comercial diminui o deslocamento, reduzindo a emissão de dióxido de carbono em viagens locais, e melhora o sentido de comunidade nos espaços públicos.
- **Dinâmica urbana:** Economia de recursos financeiros no processo de construção e manutenção dos espaços urbanos como uso efetivo desses espaços, resultante de condições adequadas de infraestrutura, mobiliário urbano, iluminação e sistema viário.
- **Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros:** Espaços que favoreçam a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, e atividades localizadas a distâncias caminháveis.

Princípios de sustentabilidade cultural e emocional

- **Revitalização Urbana:** Recuperação e valorização de infraestrutura existente em áreas urbanas degradadas ou patrimônios culturais abandonados, promovendo o incremento da ocupação dessas áreas.
- **Legibilidade e Orientabilidade:** Os espaços devem responder à necessidade de orientação dos usuários nos lugares, obtidos com a conectividade entre bairros e diferenciação entre bairros e continuidade de caminhos.
- **Identificabilidade:** Reconhecimento de características particulares ao espaço urbano resultantes de diversidade tipológica em pequenos agrupamentos e efeitos visuais que promovam imagens mentais e percepção da paisagem urbana.
- **Afetividade e Simbologia:** A forma física dos lugares promove satisfação emocional quando laços afetivos se estabelecem pelo reconhecimento de qualidades e plasticidade da configuração urbana

Após o levantamento e a observação das soluções adotadas pela comunidade do Mercado Sul, geraram padrões de soluções para resolver os problemas apontados nos questionários realizados com os moradores. A metodologia de padrões utilizada é resultado dos trabalhos de Alexander *et al* (1977) e de Andrade (2014). Para Alexander *et al* (1977, p. 14), “Cada padrão descreve um problema que ocorre repetidas vezes em nosso meio ambiente e então descreve o ponto central da solução do problema”. Segundo Andrade (2014), “cada padrão descreve um problema que se repete dentro de nossas regiões, cidades edifícios e construções, e explica o cerne de uma solução possível, de maneira que você possa utilizar essa solução de várias formas diferentes. Portanto, um padrão não é um modelo urbano a ser repetido. Um conjunto de padrões determina uma comunidade viva que terá sua própria linguagem de padrões.” (Andrade, 2014, p. 244). Desta forma, um problema pode ter diversos padrões de solução, e a comunidade escolhe o mais adequado para seu contexto, fazendo que a identidade do local seja preservada.

A aplicação dos padrões: análise do contexto à proposição de soluções e recomendações

Os projetos de intervenção urbana devem priorizar a valorização dos laços sociais e culturais existentes, a relação harmônica com a natureza e o emprego de tecnologias acessíveis. De acordo com Montaner e Muxí (2013, p.18), é importante recuperar teóricos que já pensavam em estratégias adequadas à participação e relacionadas a conhecimentos e formas compartilhadas na arquitetura como os “argumentos participativos” de John Turner, os “padrões” de Christopher Alexander, elaborados na década de 1970 e os “suportes” de Jonh Habraken.

O processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade. A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e do Urbanismo.

O processo de projeto foi construído a partir de demandas reais das comunidades, passando pela análise do problema (identidade local, padrões espaciais e de acontecimentos e princípios de sustentabilidade), sistematização de padrões para estabelecer uma linguagem com a comuni-



Imagem 6 – Blocos de edificação do Mercado Sul

Fonte: Thayna Cruz, 2017

dade, aumentando a sua participação no processo, na forma de códigos geradores, baseados em Alexander *et al* (1977) e em Andrade (2014), e, por fim, foi sintetizada a proposta de soluções a partir dos padrões identificados e selecionados. De acordo com Alexander *et al* (1977), cada solução proposta em cada padrão é escrita no formato de instrução, contendo um caráter abstrato. Neste trabalho, os padrões específicos foram gerados de acordo com o contexto do Mercado Sul, a partir do processo participativo aplicado e dos resultados dos levantamentos, acreditando na personalização e adaptabilidade que a linguagem de padrões é capaz de ter. Alexander *et al* (1977) referência sua própria obra como um primeiro passo que objetiva permitir que sociedades e pessoas desenvolvam suas próprias linguagens de padrões, passíveis de graduais mudanças e aperfeiçoamentos.

A partir daí, cabe a cada um interpretar da melhor forma, adaptando suas preferências às condições e ao local do projeto. Por esta razão, as soluções não são impositivas, contêm apenas o essencial, a variável comum para a maioria dos lugares em busca do sucesso da solução do problema, o que permite ser utilizado como método de processo de projeto que incluiu o sujeito idealizador e o sujeito receptor daquela solução. As listagens 2, 3, 4 e 5 ilustram a análise do contexto - dos problemas analisados - e as figuras 7, 8, 9 e 10, os padrões sistematizados.

Sustentabilidade Ambiental

• **Contexto/problemas:** Na dimensão de sustentabilidade ambiental, foi avaliado o cultivo de hortas urbanas pelos moradores. Essas hortas são localizadas em diferentes pontos do terreno, porém há acúmulo de lixo nesses locais devido à precária coleta de resíduos sólidos. Além disso, foi avaliado o acúmulo de águas pluviais, pela falta de drenagem adequada, a presença de mofo e manchas no interior das lojas/moradias e a utilização de materiais prejudiciais à saúde, como a telha de amianto, acentuando a insalubridade.

Foi verificada a falta de confortos sonoro, térmico e luminoso dentro das lojas/moradias e a falta de massa vegetal que impede a permanência prolongada da comunidade nas ruas.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções para melhor ventilação e sensação de conforto nos espaços internos e externos ao Mercado Sul, o reuso da água, a utilização de materiais recicláveis, a drenagem de águas pluviais e a inibição de utilização de materiais poluentes. Soluções essas que garantem a proteção do meio ambiente, a existência de agricultura urbana dentro da cidade, a redução do gasto de energia e diminuição da pegada ecológica.

Alguns dos padrões são soluções já presentes dentro do Mercado Sul, e refletem soluções adequadamente implantadas, como hortas urbanas, reciclagem de materiais e a existência de posto de coleta e reciclagem, mas que podem ser melhor disseminadas dentro do local. E padrões que representam soluções que não devem mais ser repetidas, como a telha de amianto, material tóxico, e as coberturas de lona nas marquises, que causam desconforto térmico ambiental nas edificações.

Listagem 2 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Ambiental-

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Econômica

• **Contexto/problemas:** Na dimensão de sustentabilidade ambiental foi observada a dinâmica de economia coletiva dentro da comunidade, que dá diversos usos às lojas e moradias, em que todos se beneficiam. Entre eles: o bici-

centro (uso comunitário de peças de bicicleta); estúdio (local onde ocorrem danças, gravações etc); oficina de fabricação de móveis a partir da reciclagem do papelão; oficina de costura etc.

Um problema observado foi a irregularidade na frequência do funcionamento da iluminação, fato que depende da cobrança de moradores. Além disso, não há infraestrutura urbana suficiente para manter o local seguro, limpo e favorável à permanência prolongada nos espaços públicos.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções de mobiliário urbano, iluminação e economia de recursos financeiros. Soluções que garantem a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, a manutenção e o incentivo de condições adequadas ao uso de espaços urbanos. Além da existência de padrões como edifícios conectados e habitação intercalada com outros usos, selecionou-se o padrão de iluminação pública que já existe, mas que apresenta recorrente descompasso.

Listagem 3 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Econômica
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Social

• **Contexto/Problemas:** Na dimensão de sustentabilidade social, foi observada a existência de densidade de pedestres, sobretudo em dias de promoção de eventos e atividades culturais, fator muito importante para a vitalidade do espaço. Entretanto, as divergências existentes entre ocupantes e não ocupantes dificultam uma maior integração entre as partes. Problemas de acessibilidade, como pavimentação com rupturas e interrupção da conexão entre os blocos, são fatores que dificultam a locomoção dos moradores e frequentadores. Há uma priorização do uso de automóveis e há falta de banheiros públicos para eventos. Além da existência de vários problemas estruturais nas edificações, como infiltrações nas paredes e deterioração de marquises, a alteração do gabarito original de muitos boxes ocasionou sobrecarga na estrutura.

• **Soluções/Recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções para a maior acessibilidade de portadores de deficiências motoras, a integração social, a maior conectividade e o incentivo à utilização de modais sustentáveis.

Soluções que garantem a diminuição da emissão de combustíveis fósseis por meio do transporte e a diversidade de pessoas dentro do espaço. E a existência de padrões como pontos de encontro, vida noturna e densidade de pedestres.

Listagem 4 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Social
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Cultural e Emocional

• **Contexto/Problemas:** Na dimensão da sustentabilidade cultural e emocional, foram observados agradabilidade visual e valor afetivo existente no espaço, o grande número e diversidade de eventos culturais desenvolvidos pelo coletivo e a identidade local, ou seja, aquelas características ou traços próprios da comunidade.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam a proposição de elementos lúdicos que proporcionem a sociabilidade entre crianças, criando laços afetivos. Além disso, a existência de atividades culturais, como a Eco-feira, rodas de conversa, eventos de música e de teatro e artesanato, representam elementos importantes dentro da produção da cultura popular.

Listagem 5 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Cultural e Emocional elaborados pelo CASAS
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

As próximas etapas do projeto realizado pelo CASAS no Mercado Sul visam criar cenários com pequenas propostas para fortalecer e reproduzir soluções existentes, além de propor melhorias quanto aos problemas mais graves relativos à estrutura e ao telhado presentes no Mercado Sul, pois, como estas patologias são de caráter estrutural, são capazes de interferir diretamente na segurança das pessoas que ali vivem.

Considerações finais

A fase de diagnóstico do espaço do Mercado Sul desenvolvido pelo CASAS teve por objetivo fundamentar propostas de revitalização da área e oferecer subsídios para propostas futuras. Baseado nas dimensões de sustentabilidade social, cultural,

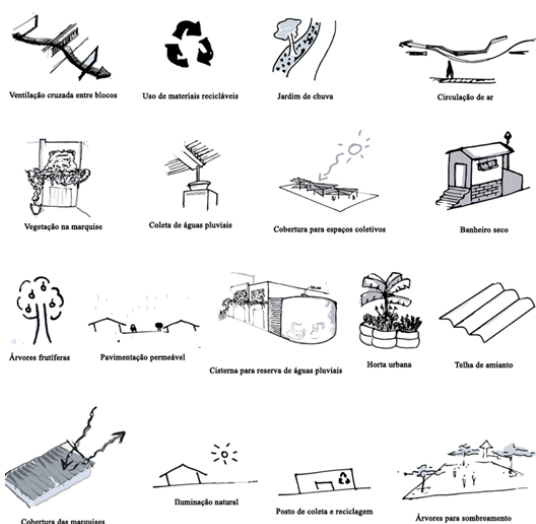


Imagem 7 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Imagem 8 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

econômica e ambiental, espera-se que o conteúdo apresentado até o momento contribua para a geração de padrões espaciais e parâmetros de projeto que fortaleçam e ajudem a perpetuar as ações do coletivo Mercado Sul Vive, como as práticas desenvolvidas no ambiente construído, as ações ecológicas e as atividades culturais.

Entende-se, nesse contexto, a importância de que uma intervenção do Governo do Distrito Federal deva ser feita de forma conjunta com a aprovação de moradores e lojistas do Mercado Sul, em caráter democrático e participativo. É necessário levar em consideração a Constituição Federal para imóveis abandonados cumprirem sua função social, promovendo a regularização fundiária - processo jurídico que torna possível a ocupações e assentamentos a legalização da situação desses espaços.

Neste contexto, a Ocupação Mercado Sul Vive se articula por meio de movimentos culturais, em um centro de caráter extremamente urbano, onde são desenvolvidas várias atividades com diferentes focos, desde as lojas de oficinas a rodas de debates abertas a todas as pessoas. O coletivo, portanto, intensifica a produção de cultura e saberes populares locais, fator que deve ser valorizado pelas instâncias governamentais e jurídicas.

Bibliografia

- Agamben, G. (2010), *Metropolis, Sopro*, n.26, editora Cultura e Barbárie, disponível em <http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis>,

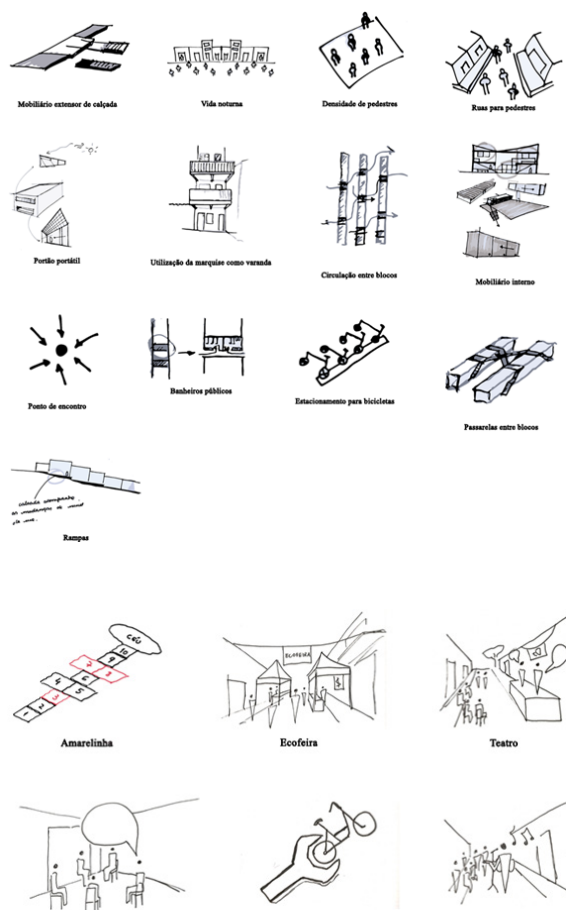


Imagem 9 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Imagem 10 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014).

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

html, consultado em 13/04/2018.

- Alexander, C. et al. (1977), *A Pattern Language: towns, buildings, construction*, New York: Oxford University Press.

- Andrade, L. e Lemos, N. (2015), “Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana”, in Amorim, C. et al. (Org.), *Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística*, Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, pp. 19-98.

- Andrade, L. (2005), *Agenda verde X Agenda marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos*, Brasília: Dissertação (Mestrado) PPG-FAU/UnB.

- Andrade, L. (2014), *Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem*, Brasília: Tese (Doutorado) PPG-FAU/UnB.

- Brasil (1937), Decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937 (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional), Rio de Janeiro, 1.

- Brasil (1988), Constituição da República Federativa do Brasil, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 111-112, disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituioede1988.pdf, consultado em 13/04/2018.

- Brasil (2004), “Estatuto da Cidade”: Lei 10.257/2001, (estabelece diretrizes gerais da política urbana), Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e publicações - Subsecretaria de Edições Técnicas, 17-18.

- Brasil (2015), *Pontos de Cultura*, Ministério da Cultura, disponível em <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>, consultado em 13/04/2018.

- Brenner, N. (2016), “Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal?”, *E-metropolis*, 7 (27), disponível em http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522, consultado em 13/05/2018.

- Davis, D. et al., (2013), *Participation tools for better community planning*, California: The California Endowment.

- Evangelista, E. (2013), “A função social da propriedade e o conceito de princípio jurídico”, *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18 (n. 3594), disponível em <https://jus.com.br/artigos/24354>, consultado em 13/05/2018.

- Harvey, D. (2012), “O direito à cidade”, *Revista Lutas Sociais*, USP, São Paulo, n.º 29, pp. 73-89.



Imagem 11 – Releitura do Mercado Sul

Fonte: Carmen Jimenez Castro

- Holanda, F. (2007), “Arquitetura sociológica”, *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, 9 (1), ANPUR, pp. 115-129.

- Iphan (2014), *Livro do Tombo Histórico*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>, consultado em 13/04/2018.

- Iphan (2014), *Patrimônio Imaterial*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>, consultado em 13/04/2018.

- Kohlsdorf, G. e Holanda, F. (1994), *A arquitetura como situação relacional*, Disponível em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779577256219/holandaekohlsdorf.pdf>, consultado em 13/04/2018.

- Lefebvre, H. (2000), *A produção do espaço*, Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do

original: La production de l'espace. 4e éd, Paris: Éditions Anthropos, 2000).

- Mercado Sul Vive (2018), *Quem somos*, disponível em <http://www.mercadosul.org/quem-somos/>, consultado em 13/04/2018.

- Neder, R. (2016), "Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ITCP como agência, como indicadores de avaliação", *Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária. Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades*, Juazeiro do Norte - Universidade Federal do Cariri.

- Rolnik, R. (2015), *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Editora Boitempo

- Secult-GDF (2016), *Ofício nº 588/2016*, disponível em <http://www.mercadosul.org/wp-content/uploads/2016/09/OficioSecult.pdf>, consultado em 13/05/2018.

- Unesco (2003), *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>, consultado em 13/04/2018.